

ATA 2183ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às nove horas,
2 realizou-se a segunda milésima centésima octogésima terceira reunião Plenária
3 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região.
4 Considerando o estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da
5 Saúde, em 11 de março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do
6 Município de São Paulo, que decretou situação de emergência na cidade por meio
7 do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.881, de 22 de
8 março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo e o
9 Decreto 65.502, de 05 de fevereiro de 2021, do Governo do Estado de São Paulo
10 de prorrogação da quarentena no Estado de São Paulo até o dia 7 de março de
11 2021, e com as Portarias CRP SP nº 06/2020, nº 07/2020, nº 08/2020, nº 12/2020,
12 nº 13/2020, nº 14/2020, nº 015/2020, nº 016/2020, nº 018/2020, nº 022/2020, nº
13 029/2020, nº 030/2020, nº 034/2020 e nº 001/21 que estabelecem o Plano de
14 Contingência com medidas de prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus
15 – COVID-19, em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia – 6ª
16 Região, esta Plenária foi realizada por meio de videoconferência, utilizando a
17 plataforma Zoom. Participaram 22 (vinte e duas/dois) conselheiras/os, sendo
18 estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Ana Paula Hachich de
19 Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Edgar Rodrigues,
20 Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ione Aparecida Xavier, Ivani Francisco de
21 Oliveira, Jumara Silvia Van De Velde, Lauren Mariana Mennocchi, Lilian Suzuki,
22 Luciane de Almeida Jabur, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Maria da Glória
23 Calado, Mônica Cintrão, Mônica Marques dos Santos, Murilo Centrone, Raizel
24 Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão
25 Teixeira, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Registra-se, ainda,
26 as participações de Amanda Seraphico Carvalho Pereira da Silva (Comissão
27 Gestora Metropolitana), Eliane Cristina Dias Almeida (Comissão Gestora da
28 Subsede Sorocaba) e Juliana Cristina Bessa (Comissão Gestora da Subsede
29 Assis). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de ausência** – Estão

30 afastadas temporariamente Clarissa Moreira Pereira (Licença Maternidade), Julia
31 Pereira Bueno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Maria
32 Rozinetti Gonçalves. **1.2) Justificativas de plenárias anteriores** - Apresentou-se
33 retroativamente a justificativa de ausência da conselheira Sulamita Jesus de
34 Assunção para a 2181ª Plenária Ordinária, realizada em 31 de janeiro de 2021. **II)**
35 **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE DE PAT**
36 **SOROCABA** – Para esse ponto, solicitou-se a participação de Karen Meira Dotto,
37 assistente de coordenação da COF. A Coordenadora Técnica-Política (Cotep)
38 Rute Alonso introduz assunto informando que uma da psicóloga analista técnica
39 (PAT) da Subsele Sorocaba solicitou prorrogação de sua licença maternidade
40 enquanto licença não remunerada e que por meio de pesquisas nas legislações do
41 CRP SP e consulta à assessoria jurídica da autarquia, constatou-se que, embora
42 tenham ocorrido mudanças na legislação trabalhista, o CRP SP não poderá
43 terceirizar atividade-fim. Desta forma, caso seja aprovada a prorrogação da licença
44 sem vencimentos da PAT alocada na subsele de Sorocaba, as demandas de
45 trabalho seriam transferidas para profissionais de outras subseles. Karen Meira
46 Dotto, Assistente de Coordenação da Comissão de Orientação e Fiscalização
47 (COF), explicou que para as/os trabalhadoras/es esse direito estava garantido no
48 Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Acrescentou que a profissional em questão é
49 muito responsável e planejava a gravidez há muito tempo. Nesse sentido, toda a
50 equipe da COF se disponibilizou a colaborar nas demandas que forem recebidas
51 daqui para frente. Na sequência, fez apresentação das pendências da subsele de
52 Sorocaba atualizadas até fevereiro do presente ano, sendo proposto o atendimento
53 das demandas de COF, CATE e COE dividindo-as entre psicólogos/os analistas
54 técnicas/os da equipe e considerando que as fiscalizações de PJ serão agendadas
55 conforme critérios de prioridade. Com isso, além da divisão de equipe técnica, foi
56 sugerida a contratação de uma assistente de administração, mais voltada à COE e
57 COF, e uma estagiária para auxiliar com as legislações, etc. No entanto, expôs que
58 não é possível zerar o trabalho na Subsele, pois há um acúmulo muito grande de
59 fiscalizações já anteriores à pandemia, quando as fiscalizações ocorriam
60 cotidianamente e que se intensificou com a pandemia. Ressaltou que as PATs que
61 auxiliam as Comissões Gestoras fazem outros despachos, exemplificando que as

62 fiscalizações em Comunidades Terapêuticas geram muitos desdobramentos. Ao
63 término da apresentação, a conselheira presidenta Beatriz Brambilla apontou que,
64 considerando que a Comissão Gestora entende que deveria ser concedida a
65 licença sem remuneração independente dos cenários e a COF não concordou com
66 a licença caso não houvesse substituição (que regimentalmente não pode ocorrer),
67 a Diretoria se preocupou em como se daria a organização das demandas, tendo
68 em vista que a substituição não é possível. Assim, entendeu que tal decisão
69 caberia ao plenário e não somente ao corpo diretivo. **Considerações:** 1)
70 Apresentaram-se propostas contrárias à concessão da licença, a partir do
71 entendimento de que a decisão não poderia ferir o princípio da impessoalidade,
72 tendo em vista a responsabilidade com a gestão pública e, ainda, que a licença
73 poderia acarretar em acúmulo de trabalho e contratações adicionais, podendo ser
74 danoso para a máquina pública. 2) Em apoio à concessão da licença, colocou-se a
75 necessidade de refletir que a Comissão Gestora, que acompanha o trabalho
76 cotidiano, apontou ser favorável. 3) Rute Alonso acrescentou que o ACT não é
77 objetivo quanto aos direitos expostos, mas entendeu que houve falha no processo
78 de informação do RH junto à trabalhadora e que o assunto será tratado com a
79 Unidade de RH para que este assuma a responsabilidade. Projetou-se ao Plenário
80 a Cláusula 34, item c do ACT, que versa sobre licença maternidade. 4) Foi também
81 sugerido o estabelecimento de fluxos onde tais pedidos cheguem por memorando,
82 bem como reunião com Sinsexpro - Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de
83 Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São
84 Paulo para que a cláusula do ACT referente à extensão da licença maternidade
85 seja explicitada com todas/os as/os trabalhadoras/es. **Votação:** A mesa diretora
86 sistematizou as propostas apresentadas para que a decisão fosse tomada por meio
87 de regime de votação sendo: 1. não conceder; 2. conceder sem substituição; 3.
88 conceder com contratação de assistente de administração temporário e estagiária
89 de psicologia. Foram computados 9 votos para a proposta 1 e 13 votos para a
90 proposta 3. **Encaminhamentos: 1)** Em regime de votação, a partir das avaliações
91 feitas pela CG e equipe técnica, foi deliberada a concessão da prorrogação da
92 licença maternidade sem vencimentos com a contratação de assistente de
93 administração temporário e estagiária de psicologia para a Subsede Sorocaba. **2) A**

94 Cotep fará reunião com supervisores sobre o funcionamento do ACT, o papel da
95 autarquia pública e alinhamento das responsabilidades da gestão e da supervisão
96 das áreas. **3)** Também será realizada reunião com sindicato para que seja
97 explicitada a referida cláusula do ACT para todas/os as/os trabalhadoras/es. **III)**
98 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Raizel
99 Rechtman submeteu ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e
100 jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram homologados os
101 seguintes processos: **Pessoa Física** – 1543 (hum mil quinhentos e quarenta e três)
102 novas inscrições, 156 (cento e cinquenta e seis) reativações, 294 (duzentos e
103 noventa e quatro) cancelamentos a pedido, 03 (três) suspensões por desistência e
104 03 (três) transferidos. **Pessoa Jurídica** – 64 (sessenta e quatro) registros, 05
105 (cinco) cadastros e 10 (dez) cancelamentos. Total geral dos processos analisados:
106 2078 (dois mil e setenta e oito), conforme folha anexa que é parte integrante desta
107 ata. **IV) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – A conselheira Lilian
108 Suzuki apresentou os processos de solicitação de título de especialista para
109 apreciação do plenário. **Encaminhamento:** 1) Na modalidade Residência
110 Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área da Saúde; na Modalidade Cursos
111 Credenciados foram deferidos 01 (um) na área Psicologia Clínica e 03 (três) na
112 área Neuropsicologia; na Modalidade Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área
113 Escolar/Educacional, 03 (três) na área da Psicologia do Organizacional e do
114 Trabalho, 28 (vinte e oito) na área do Trânsito, 07 (sete) na área da Psicologia
115 Clínica, 02 (dois) na área da Psicologia Hospitalar, 02 (dois) na área da
116 Psicopedagogia, 1 (um) na área da Social, 03 (três) na área da Neuropsicologia, 02
117 (dois) na área da Avaliação Psicológica e 03 (três) na área da Saúde. Indeferiu-se
118 02 (dois) área do Trânsito. Na modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área de
119 Esporte, 01 (um) na área de Psicologia Clínica, 02 (dois) na área de Psicologia
120 Hospitalar, 02 (dois) na área de Psicologia Social, 03 (três) na área de
121 Neuropsicologia e 03 (três) na área da Saúde. Na modalidade Nova Especialidade
122 deferiu-se 11 (onze) na área de Avaliação Psicológica e indeferiu-se 02 (dois) na
123 área de Avaliação Psicológica. Assim, o total geral é de 79 títulos de especialistas
124 deferidos e 4 (quatro) títulos de especialista indeferidos conforme folha anexa que
125 é parte integrante desta ata. 2) Lilian Suzuki expõe que a modalidade “Curso IES

126 Concedido” se trata de uma decisão judicial da 20ª Vara Cível da Comarca de Belo
127 Horizonte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que determinou a concessão de
128 título de especialista a partir da apresentação do certificado de pós-graduação *latu*
129 *sensu*, sentença que se estendeu para o âmbito federal. Informou que procurará
130 entender esse processo e compartilhará com o plenário para debate.
131 **Encaminhamento:** Os números apresentados foram aprovados conforme item
132 anterior. No entanto, posteriormente, será necessário discutir a questão sobre a
133 autonomia e governabilidade do Regional, desde quando passaram a deferir esses
134 cursos e a possibilidade de verificar a sua existência e qualidade. **V)**
135 **RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS**
136 **TEMÁTICOS E COMITÊS CONSULTIVOS** – Apresentam-se as seguintes
137 propostas de recomposições: **Subsede de Campinas** - exclusão do
138 subcoordenador da Comissão Gestora Gamaliel Vicente Rodrigues (CRP
139 06/91983) e alteração de função da psicóloga Suely Castaldi Ortiz da Silva (CRP
140 06/60201) de membra para subcoordenadora da Comissão Gestora. **Subsede**
141 **Metropolitana** - alteração de função da psicóloga Sandra dos Santos (CRP
142 06/138654) de subcoordenadora para membra, bem como a alteração de função
143 da psicóloga Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012) de membra para
144 subcoordenadora da referida Comissão Gestora. **Comissão de Ética (COE)** –
145 **Sede** - exclusão das membras Monica Santos de Almeida (CRP 06/127219) e
146 Noêmia Aurélia Gomes (CRP 06/13494), inclusão das membras Shirley Graff (CRP
147 06/128400) e Terezinha Aparecida de Carvalho Amaro (CRP 06/24060) e alteração
148 de função das psicólogas Paula Andréia de Carvalho Jonas (CRP 06/ 62340) e
149 Lidia Rosalina Folgueira Castro (CRP 06/ 21159) de colaboradoras de CI para
150 membras de COE. **Subsede Campinas** - exclusão da membra Letícia Gonzales
151 Martins (CRP 06/16482). **Subsede Grande ABC** - exclusão dos membros Camila
152 Teodoro Godinho (CRP 06/98759) e Reginaldo Branco da Silva (CRP 06/32951) e
153 inclusão de Marcelo Ferreira Schiavo (CRP 06/109462) e Maria da Penha Tamburú
154 Ivanchuk Lopes (CRP 06/46649) como membros. **Subsede de Bauru** - inclusão de
155 Fernanda Augustini Pezzato (CRP 06/83035) como membra, bem como a alteração
156 de função da psicóloga Regiane Aparecida Piva (06/52183) de coordenadora para
157 membra. **Subsede de Ribeirão Preto** - exclusão de Juliana Cristina Ferreira dos

158 Santos (CRP 06/148920) da função de coordenação, e inclusão de Leandro
159 Gabarra (CRP 06/68098) na função de coordenação. **Comissão de Orientação e**
160 **Fiscalização (COF)** – *Subsede Campinas* - exclusão da membra Letícia Gonzales
161 Martins (CRP 06/16482). *Subsede de Bauru* - exclusão do membro Rafael Daltro
162 Graciani (CRP 06/157780). *Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira* - inclusão
163 de Danielle Ramos de Amorim Freitas (CRP 06/59737) como colaboradora.
164 *Subsede Metropolitana* - a inclusão de Caroline Benigno Cardoso (CRP 06/105853)
165 como membra. **Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE)** -
166 Exclusão da coordenadora adjunta Lauren Mariana Mennocchi (CRP 06/90668) e
167 alteração de função da psicóloga Shirley Graff (CRP 06/128400) de mediadora
168 para coordenadora adjunta. **Conselho Consultivo da CAM COE** - Propôs-se a
169 inclusão de Petronella Maria Boonen, que não é psicóloga, mas graduada em
170 ciências sociais e doutora em sociologia da educação, como membra. **Comissão**
171 **de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP)** –Inclusão de Ricardo
172 Gasolla (CRP 06/128847) como membro e exclusão das membras Adrienne
173 Cristhine Barbosa da Silva (CRP 06/149404) e Amanda Seraphico Carvalho
174 Pereira da Silva (CRP 06/149406). **Núcleo de Criança e Adolescente da**
175 **Subsede de Bauru** - Exclusão das membras Ágata Zanatta Urbano (CRP
176 06/128922) e Jéssica Bispo Batista (CRP 06/130894) e inclusão de Bruna
177 Pessenda (CRP 06/137732) como membra. **Núcleo das Mulheres da Subsede de**
178 **Bauru** - Exclusão das membras Ariane Vieira de Souza (CRP 06/161314) e Viviane
179 Kelly da Silveira Dutra (CRP 06/147525) e inclusão de Paula Marinho Antunes
180 (CRP 06/96108) como membra. **Núcleo de Saúde da Subsede de Bauru** -
181 Exclusão do membro Ricardo Massuda Oyama (CRP 06/124320). **Núcleo de**
182 **Sexualidade e Gênero da Subsede de Bauru** - Exclusão do membro Rafael
183 Daltro Graciani (CRP 06/157780). **Núcleo de Trânsito da Subsede da Subsede**
184 **Metropolitana** - Alteração da função da psicóloga Cristiane Carneiro Homem de
185 Mello (CRP 06/35247) de coordenadora para membra, informando-se que ainda
186 não há nomes para substituí-la na coordenação. O plenário sugeriu a consulta à
187 Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (Abrapsit) e às psicólogas
188 Francinilda Souza Lima (CRP 06/31798) e Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
189 sobre possível nome para a coordenação, bem como a convocação de

190 especialistas em psicologia e trânsito da região metropolitana para reunião aberta.
191 **Núcleo de Corpo, Sexualidade e Gênero da Subsede Ribeirão Preto** - Exclusão
192 da membra Rafaela Beraldo Modé (CRP 06/142235). **GT SUS da CDHPP** -
193 Inclusão de Julia Pagano Costa (CRP 06/158036) pela Subsede Metropolitana. **GT**
194 **de Trânsito** (Mobilização pela derrubada dos vetos ao PL 3267/2019) - Inclusão de
195 Marcel Nilo da Costa (CRP 06/137929) e Camila Borges de Camargo (CRP
196 06/137928) na função de membros pela Subsede de Sorocaba. **Núcleo Saúde da**
197 **Subsede Metropolitana** - Propôs-se, igualmente, o encerramento do por motivo de
198 inatividade, comunicando-se que a membra indicada inicialmente para integrar
199 esse coletivo já foi inserida no Núcleo correlato à temática que está ativo, Defesa
200 do SUS. **Criação do Núcleo de Trânsito da Subsede de Sorocaba** - Proposta a
201 criação do Núcleo de Trânsito da Subsede de Sorocaba, com a inclusão de Marcel
202 Nilo da Costa (CRP 06/137929) na função de coordenador e Camila Borges de
203 Camargo (CRP 06/137928) como membra. **Encaminhamento:** Aprovaram-se as
204 inclusões, exclusões e alterações indicadas, bem como o encerramento do Núcleo
205 Saúde da Subsede Metropolitana e a Criação do Núcleo de Trânsito da Subsede
206 de Sorocaba. **VI) REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E**
207 **ENTIDADES – 6.1) Comitê Intersectorial de Assuntos Indígenas (CIAI)** - Sugere-
208 se a exclusão dos representantes Emerson de Oliveira Souza e Mary Ueta (CRP
209 06/64673) e a inclusão do representante Danilo Silva Guimarães (CRP 06/95800)
210 na condição de Titular. **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e a inclusão de
211 representantes indicadas. **6.2) Comissão Municipal de Diversidade Sexual de**
212 **Santos** – Sugere-se a inclusão das psicólogas Daniella Stazack de Araújo (CRP
213 06/47159) e Paloma Paula Paulino Melo (CRP 06/114691) como representantes do
214 CRP SP na condição de Titular e Suplente respectivamente. **Encaminhamento:**
215 Aprova-se as inclusões de representantes indicadas. **6.3) Conselho Municipal de**
216 **Políticas sobre Drogas (COMAD) de Ribeirão Preto** – Sugere-se a inclusão de
217 Emanoela Priscila Toledo Arruda (CRP 06/107551) enquanto representante do
218 CRP SP. **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão de representante sugerida. **6.4)**
219 **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMAD) de Santos** – Indica-se
220 a inclusão de Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192) como representante
221 titular do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprova-se a indicação de representante

222 apresentada. **VII) INFORMES (CONTINUAÇÃO) – 7.1) Ações encaminhadas**
223 **sobre o Plano de Atendimento (GT Atendimento)** Rute Alonso, Cotep, informou
224 que, conforme demanda encaminhada pela Diretoria, foi constituído um plano a
225 partir das principais demandas identificadas em relação ao Atendimento, sendo
226 realizada reunião em que foram traçadas as possíveis melhorias e evidenciada a
227 necessidade de treinamento. Também foi realizado encontro para escuta com as
228 trabalhadoras administrativas das Subsedes ressaltando-se a necessidade de
229 padronização das respostas a partir da legislação vigente. Nesse sentido, estão
230 construindo uma tabela para que as subsedes possam trazer suas contribuições.
231 Acrescentou-se que a Comunicação está finalizando o FAQ pelo site que auxiliará
232 a não canalizar as demandas apenas para e-mails. **Considerações:** 1) Pontou-se
233 que além das respostas padrão, também deveria ser realizada capacitação com
234 trabalhadoras/es de outros setores além do atendimento, como financeiro, por
235 exemplo. 2) Indicou-se que o treinamento das trabalhadoras deve garantir
236 qualidade, assertividade e humanização, além de melhores sistemas e
237 implementação de plano integrado com todas as Subsedes, visto que o Conselho é
238 um só. **7.2) Página eletrônica do CRP SP** – Tiara Vaz, assessora de Relações
239 Externas, explanou sobre a necessidade de organização dos conteúdos para
240 facilitar a oferta e localização dos conteúdos na página da autarquia. Nesse
241 sentido, estão caminhando para renunciar aos grandes temas que haviam sido
242 definidos para organizar os conteúdos, de modo a ter uma navegação mais
243 intuitiva. Relata, ainda, que há muitas páginas migradas e não indexadas.
244 Pretendem ajustar conteúdos até 2003 e verificar posteriormente o que fazer com
245 os conteúdos anteriores a esse ano. **7.3) Calendário de Reuniões 2021 e informe**
246 **sobre Plenárias Julgamento e Éticas do 1º semestre 2021** - Apresentou-se o
247 calendário de reuniões para o ano de 2021 enfatizando-se a alteração das
248 plenárias de julgamento agendadas para os dias 26 de fevereiro e 19 de março de
249 2021 que serão substituídas por plenárias éticas, tendo em vista que a partir de 01
250 de abril voltarão a correr os prazos processuais e prescricionais. Pontuou-se que
251 foram formados os quóruns com 9 (nove) conselheiras/os em cada uma das
252 plenárias éticas informadas acima e que caberá à/ao conselheira/o encontrar
253 uma/um substituta/o caso não possa participar da plenária para a qual compunha

254 quórum. Com o quórum fechado, os processos serão digitalizados e distribuídos
255 por e-mail em formato “.pdf”. Acrescentou-se que a COE está se organizando para
256 falar com cada conselheira/o sobre os próximos processos a serem pautados em
257 plenária, de acordo com a ordem de prescrição. **7.4) Prorrogação da licença da**
258 **conselheira Maria Rozineti Gonçalves** – Informa-se que a conselheira Maria
259 Rozinete Gonçalves comunicou seu afastamento por mais um mês, ou seja, até o
260 dia 15 de março de 2021, devido ao prazo de seu exame de qualificação, pré-
261 requisito para a defesa de sua tese de doutorado. Expôs-se que a conselheira Ana
262 Paula Hachich de Souza que exerce interinamente na presidência da COF, não
263 conseguirá renovar sua permanência nessa função. Acrescentou-se que a partir do
264 indicativo de que Mônica Cintrão poderia assumir a função e considerando o
265 impeditivo por ser conselheira suplente, a assessoria jurídica foi consultada e
266 concluiu-se que a conselheira presidenta poderia nomeá-la como presidente
267 interina da COF. Mônica Cintrão, então, agradeceu a confiança e aceitou a função.
268 **Encaminhamento:** A conselheira Monica Cintrão é nomeada como conselheira
269 presidenta interina da COF até o dia 15 de março, quando findará o afastamento de
270 Maria Rozineti Gonçalves. **7.5) Comunicação de férias** - A conselheira Rita de
271 Cássia Oliveira Assunção comunicou ausência nas atividades ordinárias por motivo
272 de férias no período de 01/03/2021 até 10/04/2021. **7.6) Representação no GT**
273 **Anuidades (APAF)** - Informou-se que a conselheira vice-presidenta Ivani
274 Francisco de Oliveira será a nova representante do CRP SP no GT Anuidades da
275 APAF em substituição ao Conselheiro Tesoureiro Rodrigo Toledo, que ficará como
276 suplente. **7.7) Portaria/Resolução de Jeton e Ressarcimento de Internet** -
277 Expôs-se que foi realizado estudo sobre o assunto, mas que o mesmo ainda não
278 está concluído. Assim, a questão será apresentada na Plenária Ordinária de março.
279 **7.8) Tecnologia da Informação – TI** - Nilton Leme, assessor de TI, apresentou o
280 andamento dos projetos de TI para 2021: BRC está sendo implantado dentro do
281 que o CRP SP necessita, para isso, a plataforma disponibilizou dois gerentes de
282 projetos e dois analistas que estão trabalhando para subir o sistema entre a
283 segunda semana de abril e primeira semana de maio. Sistema de telefonia virtual
284 ajustou-se o contrato, programando-se a implantação para meados de março. SAC
285 digital pelo aplicativo WhatsApp – será adaptado para não envolver atendentes

286 neste momento e, posteriormente, o seu uso será ampliado conforme afinidade
287 com o sistema. Sistema FAQ (Fale Conosco) está sendo reestruturado e
288 redesenhado com o auxílio das unidades de Comunicação e Atendimento para
289 operar com o uso de e-mails. Foi proposta para a Diretoria a contratação de uma
290 plataforma que possui uma série de recursos como protocolo, *script* de respostas
291 padrão de acordo com a classificação do chamado (que sugere automaticamente
292 ao atendente a resposta a ser enviada por e-mail), além de gerar métrica do tempo
293 e volume dos atendimentos e demandas de cada atendente, viabilizando um
294 processo de melhoria contínua a partir de monitoramento dos chamados feitos e
295 dos atendimentos. Resolução CFP 36/2020 do CFP (que dispõe sobre a realização
296 de atos processuais, audiências e julgamentos de processos disciplinares com o
297 uso de tecnologias de informação, em caráter excepcional, durante o período de
298 pandemia por COVID-19) - Concluído o processo de contratação de empresa que
299 digitalizará 120 processos; para a certificação digital está sendo priorizada a vinda
300 do Sistema SEI, visto que a contratação de empresa para certificação digital para
301 todas/os seria um processo muito complicado. Por último, sobre o armazenamento
302 de vídeos gravados, estão sendo estudadas as possibilidades junto à unidade de
303 informática por conterem questões de sigilo. Sistema SEI aguarda-se apenas as
304 configurações técnicas para finalizar a sua implementação. Falou-se que em
305 reunião do GT TI da APAF alguns Regionais relataram a impossibilidade de
306 implantação dos Sistemas SEI e BRC ao mesmo tempo, no entanto, no CRP SP
307 está sendo feita essa implementação como parte de um trabalho bastante
308 complexo e contando com o apoio da unidade de informática (para a configuração)
309 e da secretaria (com o envio de informações). Virtualização dos Servidores –
310 aguardando liberação para poder iniciar o pregão, inclusive com a documentação já
311 analisada pelo jurídico. Sistema Implanta – há plano de ação de melhoria da
312 performance a partir da transferência dos dados do programa Benner para a
313 nuvem. Benner (sistema de RH) visando melhorias, os dados serão retirados do
314 servidor do CRP SP e levados para um servidor próprio da *Benner*, estima-se que
315 essa transição se inicie na primeira semana de março. A solução para gerar
316 declarações *on-line* está sendo modelada. Quanto à emissão de boletos, será
317 possível o acesso das/os psicólogas/os ao servidor para gerarem seus próprios

318 boletos, faltando apenas a confecção do *layout* e teste de performance para
319 verificarem se o acesso simultâneo de várias psicólogas não afetará o
320 funcionamento do servidor. Infraestrutura – por precariedades na infraestrutura do
321 CRP SP que impedem a instalação de gerador de energia, serão solicitados
322 orçamentos para elaboração de dois projetos para modernização da rede lógica
323 (wi-fi) e rede elétrica, sendo necessárias duas redes elétricas diferentes para
324 iluminação e para o gerador de energia, cujo tamanho implica diretamente no custo
325 que será analisado pela Diretoria antes da elaboração do orçamento.
326 Posteriormente, serão solicitados orçamentos para implementação de tais projetos.
327 Reestruturação da equipe de TI – encontra-se em fase de planejamento a
328 contratação de software de abertura de chamados (*Help Desk*). Programou-se a
329 formação de profissionais para atender a exigências da LGDP (em curso) e para o
330 uso das ferramentas contratadas (após a contratação). Inventário de TI – está
331 sendo realizado levantamento dos equipamentos em uso no CRP SP, tanto de
332 patrimônio quanto locados, bem como dos equipamentos pessoais dos
333 trabalhadores que estão sendo utilizados no teletrabalho, para verificar as
334 necessidades e possibilidades de aquisição de novos equipamentos adequados
335 para cada unidade e profissionais (por exemplo, a Comunicação que precisa de
336 equipamentos que comportem o uso de ferramentas específicas), além da
337 aquisição de *scanners* para o uso para os sistemas BRC e SEI. Considerações: 1)
338 Após a finalização da apresentação, o plenário solicitou informações sobre o
339 processo de implantação do Sistema SEI a partir da informação de que não foi
340 implantado antes no CRP SP por falta de solicitação da licença ao CFP. 2) Nilton
341 explicou que, inicialmente, entendeu que o CRP SP havia optado pelo BRC, assim
342 como outros Regionais que preferiram não adotar os dois Sistema. Posteriormente,
343 verificou que o CRP SP foi informado da disponibilidade do SEI, muitas/os
344 trabalhadoras/es cursaram a formação para a sua utilização e, inclusive, foi
345 elaborado mapeamento (Matriz RACI), que agora será utilizado para implantação
346 tanto do SEI como do BRC. Porém, não sabe informar o motivo da paralização do
347 processo e entende que, possivelmente, não foi dado andamento devido a
348 transição de gestão. Elucidou que com a implantação dos dois sistemas,
349 futuramente, será preciso discutir e decidir qual deles irá gerir os processos da

350 COE, pois ambos, BRC e SEI, propiciarão essa gestão. Sugeriu a possibilidade de
351 se utilizar o SEI para a condução dos processos e o BRC como informativo. **7.9)**
352 **Condepe** - A conselheira Maria da Glória Calado informou que o Plano de Direitos
353 Humanos elaborado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa
354 Humana (Condepe) foi apreciado pela Procuradoria Geral do Estado que julgou
355 que o Condepe não teria competência para elaboração do referido plano. Assim,
356 serão realizadas uma série de reuniões e atividades para verificar que órgão teria
357 tal competência. Ocorrerá também reunião para discutir estratégias de repúdio à
358 decisão da PGE-SP. **7.10) Reuniões sobre a implementação da Lei 13.935/2019**
359 - Sobre a implementação da Lei 13.935/19, em virtude da notícia da contratação
360 por pregão eletrônico, que foi vencido por uma empresa de Minas Gerais, contendo
361 equívocos no processo de contratação de profissionais pela Secretaria da
362 Educação, Ione Aparecida Xavier informa que os grupos criados para discutir a
363 implementação da lei estenderão os seus trabalhos. A princípio, a preocupação é
364 identificar as demandas principais da escola, assim, cada frente terá uma/um
365 conselheira/o para acompanhar os trabalhos. A Frente 1 tratará das aproximações
366 para fortalecimento das/os psicólogas/os na educação. Tal frente planeja uma
367 apresentação em formato de roteiro com a participação da PUC e USP. O Sistema
368 Conselhos pretende realizar uma Campanha de forma organizada utilizando
369 material pronto do CFP. A Frente 2 se responsabilizará pela articulação regional
370 com enfoque na Lei com a participação do CRESS, grupos das subsedes,
371 APEOESP, Conselhos Municipais de Educação e CMDCA. A Frente 3 estudará o
372 enfrentamento/resistência e contará com os jurídicos do CRP SP, Sinpsi e CFP. O
373 objetivo é construir proposta de aproximação com a empresa para apresentar
374 projeto de formação em Psicologia. Com o CFP discutem a questão da
375 judicialização como forma de enfrentamento dessa prática. O trabalho ainda não
376 começou, mas já estão pensando nos desdobramentos. Expôs-se também que o
377 material elaborado pela empresa de Minas Gerais ganhadora do pregão foi
378 apresentado às psicólogas analistas técnicas da COF para avaliação de como se
379 daria a capacitação dessas/es psicólogas/os. A COF identificou que já há
380 reclamações sobre a referida empresa por parte de psicólogas/os que estão no
381 atendimento *on-line* e relatam ser cobradas a entrarem na plataforma, além de

382 recearem um caráter duvidoso da contratação. No entanto, a COF entendeu que
383 não poderia tomar decisão sem diálogo com o CRP 04, para saber se eles estão
384 cientes e acompanhando a questão. O plenário reforçou que as ações sobre o
385 tema devem ser feitas de maneira integrada e solicitou que sejam reforçados os
386 convites por *e-mail* com a data da reunião. **7.11) Lei Geral de Proteção de Dados**
387 **(LGPD)** - Explicou-se que foi instituído um grupo de trabalho para discutir o assunto
388 e que o Coordenador da Unidade de Informática, Alexandre Morgado, está fazendo
389 um curso sobre o tema e em contato com a agência nacional de proteção de
390 dados. Provavelmente será ele o responsável pela organização da implementação
391 da Lei que já está em vigência, mas só haverá cobrança a partir de agosto.
392 Acrescentou-se que o referido GT já está verificando se os novos contratos estão
393 de acordo com a LGPD. O plenário pontuou que o GT TI da APAF está
394 acompanhando a implantação da Lei e que o CFP construiu termo de referência ao
395 qual o CRP SP também fez suas contribuições. Apontou-se a Escola Nacional de
396 Administração Pública (ENAP) tem cursos gratuitos, inclusive de introdução à
397 LGPD. Após questionamento sobre a existência de um grupo de Psicologia e
398 Informática, falou-se que Eduardo e Raizel poderiam ser chamados para trazer um
399 histórico sobre o assunto. **7.12) Biossegurança** – A Cotep Rute Alonso comunica
400 que o grupo de trabalho formado para tratar do assunto realizou reunião com a
401 empresa contratada para elaboração do plano de biossegurança em que foram
402 discutidas algumas questões, como a possibilidade de reprodução do plano para às
403 subsedes, e foi apontado que seria possível a reprodução de cerca de 95% do
404 plano. Falou-se também da perspectiva ampla de cuidados para evitar
405 contaminação, desde a utilização de barreiras e materiais de limpeza, até a
406 questão de como o retorno ou adoção do trabalho híbrido poderia aumentar a
407 circulação de pessoas no transporte público. Apontou-se que na próxima semana
408 será realizada reunião com as/os gestoras/es das subsedes e supervisoras/es das
409 áreas para verificar tanto a necessidade como as possibilidades de retorno de
410 algumas unidades/Subsedes, avaliando também quais equipamentos e
411 ferramentas necessários para o trabalho presencial, bem como quais são os
412 utilizados nas residências das/os trabalhadoras/es. Considerando que o período
413 atual é um dos piores momentos da pandemia, ainda serão levantadas muitas

414 questões. O GT também discutirá a contratação de empresa que implementará o
415 plano de biossegurança, entendendo que tal empresa deverá atender a todos os
416 requisitos do plano tanto na sede como nas subsedes. **7.13) Mediação** -
417 Comunicou-se a retomada das ações de mediação. O edital para a vinda de novas
418 mediadoras foi revisto e sua publicação está prevista para o dia 22 de março.
419 Serão 14 mediadoras/es. O período de análise de currículo será de 12 de abril a 27
420 de maio de 2021. **VIII) DADOS FINANCEIROS/SUPERÁVIT 2020** - O conselheiro
421 tesoureiro Rodrigo Toledo apresentou síntese da prestação de contas referente ao
422 ano de 2020 expondo que o CRP SP possui R\$ 15.500.00,00 (quinze milhões e
423 quinhentos mil reais) reservados para a compra de imóvel, além de superávit de R\$
424 5.540.960,66 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, novecentos e sessenta
425 reais e sessenta e seis centavos). Apontou a necessidade de que seja debatida a
426 utilização deste superávit, cuja destinação será definida em Assembleia, mas o
427 plenário pode levar propostas para subsidiar essa decisão. Acrescentou-se que,
428 pelo fato de o superávit também ser reflexo das políticas de contenção de gastos, a
429 Diretoria entendeu a necessidade de se discutir além da compra de imóveis,
430 possíveis investimento em tecnologia, PDV (que vem sendo solicitado pelo
431 Sindicato dos Trabalhadores – Sinsexpro, entre outros pontos, sugerindo que o
432 assunto poderia ser aprofundado na plenária de março de 2021. O conselheiro
433 tesoureiro acrescentou que o saldo bancário atual do CRP SP é de R\$
434 33.706.422,00 (trinta e três milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e vinte e
435 dois reais) e que a gestão tem feito acompanhando semanal da arrecadação que
436 possibilitará o planejamento para o ano de 2022 de forma mais detalhada e efetiva.
437 **Encaminhamento:** A discussão sobre a destinação do superávit será inserida na
438 pauta da Plenária Ordinária de março de 2021. **IX) DESLIGAMENTO DE**
439 **CONSELHEIRA** – Raizel Rechtman noticia a solicitação de desligamento da
440 conselheira Jessica Tomaz da Costa Silva por motivos pessoais, bem como
441 informa que a Diretoria dialogou com ela para entender as motivações do
442 desligamento, que foram expostos para a Diretoria pela falta de alinhamento com a
443 dinâmica de funcionamento da autarquia e que embora tenha tentado se adaptar,
444 compreendeu que o CRP SP não era o espaço de militância que ela esperava.
445 Acrescentou-se que a conselheira não desejou participar desta plenária para se

446 despedir. **Encaminhamento:** O plenário toma ciência do desligamento da
447 conselheira Jessica Tomaz da Costa, conforme solicitado pela mesma. **X) TERMO**
448 **DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO** - Expôs-se que em
449 dezembro de 2020 o Ministério Público do Estado de São Paulo por meio da
450 Secretaria do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Direitos Sociais
451 encaminhou e-mail ao CRP SP sobre o fim da vigência do Termo de Cooperação
452 Técnica com o MP, que se dará em março de 2021, bem como questionando a
453 conveniência do CRP SP em sua prorrogação, nos termos das cláusulas anteriores
454 ou se há necessidade de adição ou alteração em seu conteúdo, conforme
455 sugestões e/ou definições em conjunto. A conselheira Ana Hachich, presidenta
456 interina da COF, informou que o documento coloca o CRP SP em situação de
457 subalternidade em relação ao MPSP e não de cooperação. Para discutir o assunto
458 foram realizadas reuniões entre a COF e Diretoria em que foram apontadas
459 possíveis alterações ao Termo de Cooperação, sendo que tal proposta de texto
460 não foi concluída e precisaria ser analisada pelo jurídico e pela plenária. Perguntou
461 se o Plenário poderia decidir sobre a renovação e, em caso de concordância, o
462 texto seria apreciado na próxima plenária. A Diretoria informou a realização de
463 reunião com o Promotor de Saúde do MPSP em que houve demonstração de
464 receptividade ao CRP SP enquanto uma organização que tem legitimidade e
465 reconhecimento no trabalho parceiro na defesa da Lei 10.216/2001, entendendo
466 estar nesse âmbito a grande expressão política do CRP SP, na defesa da referida
467 Lei e da LBI – Lei Brasileira de Inclusão nos processos de desinstitucionalização.
468 Em paralelo, também foi conversado sobre o processo de sucateamento em que se
469 encontra o MPSP, como parte do projeto de desmonte do Governo do Estado,
470 dificultando o desenvolvimento dos trabalhos pela equipe técnica do MPSP e, como
471 estratégia para enfrentar a falta de investimento público, sobretudo a falta de
472 pessoal, aciona-se outras instituições e entidades para realizar parte desse
473 trabalho. Porém, a forma como esses pedidos chegam ao CRP SP não possibilitam
474 o estreitamento dessa parceria, que acaba por cumprir exclusivamente os pedidos
475 que se referem à fiscalização do exercício profissional. Apesar de ser uma
476 discussão complexa, entendeu-se que o Conselho deve renovar o Termo,
477 apontando-se a necessidade de se inserir cláusulas que resguardem a autarquia e

478 propor uma nova modalidade de visita, sugerindo a construção de um documento
479 técnico da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas que qualifique esse
480 termo da visita em parceria com o MPSP e outros órgão de defesa de direitos para
481 essas inspeções. Tal documento teria outro formato que não seja o de fiscalização
482 da COF. Complementou-se que a proposta se fez a partir do entendimento de que
483 o CRP SP, CRESS SP e Condepe SP estão entre as poucas entidades que ainda
484 podem oferecer subsídios de denúncias à Comunidades Terapêuticas e Hospitais
485 Psiquiátricos. Acrescentou-se que a COF cogitou a inclusão de uma cláusula sobre
486 a importância da articulação com outras entidades. Relatou-se, ainda, que as
487 psicólogas analistas técnicas da COF analisaram o Termo de Cooperação do
488 MPSP com o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) que
489 pareceu ser mais amistoso, citando que no trecho referente às respostas para as
490 demandas do MPSP aquele Conselho consideraria as possibilidades e estrutura.
491 Apontou-se também que no Termo foi grafada a elaborações de laudos que não
492 são compatíveis com a Lei Federal 5.766/1971 e função precípua do CRP SP. As
493 PATs apontaram igualmente a necessidade de considerar outras questões
494 relacionadas a terminologias, prazo para as respostas, bem como a vigência do
495 termo, sugerindo alteração para três anos para que possa ser reavaliado a cada
496 gestão. Ainda sobre a questão do uso dos termos, pontuou-se a possibilidade de
497 um acordo mais antimanicomial tanto ideologicamente como na prática, de forma a
498 fazer a defesa do modelo antimanicomial que também implique o MPSP,
499 considerando o momento de expansão das Comunidades Terapêuticas. Salientou-
500 se a importância da participação de outras entidades nas visitas no intuito de
501 apontar elementos que, por lei, o Conselho não pode interferir como alimentação,
502 higiene, etc. A conselheira presidenta ressalta que a aprovação da proposta amplia
503 o trabalho da gestão, não como atuação da COF, mas como uma atividade política,
504 que é importante para dar legitimidade à defesa dos direitos humanos. Em relação
505 aos termos, pontuou a importância da diferença entre manicômio e hospital
506 psiquiátrico salientando que a Lei 10.216/2021 explicita que um hospital
507 psiquiátrico precisa de um conjunto de equipamentos que, em geral, as
508 Comunidades Terapêuticas não possuem. Sugere-se uma formação sobre saúde
509 mental e direitos humanos. **Encaminhamentos: 1)** Agendar reunião com Jurídico,

510 CDHPP, COF e Diretoria para fechar o texto do Termo de Cooperação Técnica,
511 considerando-se a alteração da vigência do mesmo para três anos (permitindo a
512 reavaliação a cada gestão), a criação de protocolo visita de direitos humanos,
513 articulando com a Frente Estadual Antimanicomial e com outros agentes e a
514 necessidade de participação de outras entidades. **2)** Posteriormente, discutir
515 possível formação em saúde mental e direitos humanos. **XI) DEMANDAS DO**
516 **SISTEMA PRISIONAL** – Ione Aparecida Xavier informa sobre a realização de
517 reunião com trabalhadoras/es do sistema prisional, com quórum de
518 aproximadamente 100 pessoas, e com a participação da conselheira Ione
519 Aparecida Xavier e da psicóloga e pesquisadora Adriana Eiko Matsumoto que fez
520 explanação contextualizando historicamente a questão do exame criminológico e
521 as diferentes formas em que o governo e as/oa psicólogas/s veem o
522 aprisionamento. Relata que uma das psicólogas presentes expôs insatisfação em
523 relação ao contato com o CRP SP e com as respostas da COF, afirmando que
524 Conselho está distante da categoria. Em resposta, Ione informa que falou sobre
525 compromisso do CRP SP, por meio da CDHPP, na defesa dos direitos das pessoas
526 privadas de liberdade e no combate ao racismo e todas as formas de preconceito,
527 abordando que para a realização de ações é também necessária a aproximação da
528 categoria. Relembrou-se histórico de reunião realizada em janeiro de 2021 em que
529 foram abordadas violações trabalhistas de psicólogos/os e assistentes sociais a
530 partir da obrigatoriedade da realização de exames criminológicos por via remota ou
531 presencialmente (implicando a questão da biossegurança), bem como ameaças a
532 um modelo de subversão do exame criminológico traduzido em um relatório
533 consubstanciado que o substituiria e poderia ser aplicado por qualquer
534 trabalhadora da Secretaria de Administração Penitenciária. Como
535 encaminhamento, foi agendada reunião entre a SAP, CRP SP e CRESS SP,
536 ocasião em que a informou que, em tese, o exame criminológico precisaria ter uma
537 justificativa bem embasada, relacionada a crimes hediondos, mas há uma
538 reprodução por parte dos juízes de pedidos sem justificativa, gerando o acúmulo
539 desses pedidos. Nesse sentido, o CRP SP, ressaltou as implicações éticas
540 envolvidas na realização desses exames por meios virtuais. Foi solicitada uma
541 segunda reunião técnica onde será discutida também uma sensibilização junto ao

542 TJSP. Pontuou-se que pelo fato de o tráfico de drogas ser considerado crime
543 hediondo, o TJSP estaria respaldado nesses pedidos. Apontou-se também que
544 as/os trabalhadoras se aproximaram do CRPSP mais pela queixa do excesso de
545 trabalho que do ponto de vista ético da realização do exame criminológico, sendo
546 uma oportunidade de sensibilizá-las sobre o enfrentamento à lógica do exame
547 criminológico. **XII) AGENDA POLÍTICA CDHPP 2021** - A conselheira Talita
548 Fabiano de Carvalho lembrou que durante a última Plenária foi aprovada a
549 agenda da CDHPP, dividida por eixos. Posteriormente, foram realizadas duas
550 reuniões com a Flacso, para alinhamento e organização da agenda, e outras duas
551 reuniões da CDHPP com o objetivo de discutir tanto a agenda como os eixos.
552 Desta forma, o Plenário precisaria deliberar sobre as ações da CDHPP que
553 envolverão também a Comissão de Comunicação e impactarão o CRP SP tanto
554 financeiramente quanto politicamente (no tocante à sobrecarga de trabalho e
555 prazos). A conselheira apresentou documento com a descrição dos eixos, sendo o
556 Eixo transversal A - Violência estrutural, cujas membras responsáveis pela CDHPP
557 serão Mônica Marques e Maria da Glória Calado; foram selecionados 5 temas
558 como foco das ações políticas em 2021: 1) evidenciar a relação da violência
559 estrutural com raça, etnia, gênero, diversidade sexual, PCD e etarismo; 2)
560 Responsabilização do Estado como agente de violência; 3) Enfrentamento à
561 violência policial; 4) Discussão das questões de classe, pobreza, desigualdade e
562 renda e 5) Visão intersetorial das políticas públicas. Como *ações políticas*
563 *estaduais* foram destacadas: 1) Realizar um Seminário Virtual sobre violência
564 policial - com foco nos trabalhadores e na saúde mental, garantindo participação de
565 colaboradores de outras instituições/entidades, de movimentos sociais e dos
566 núcleos das subsedes (26 de junho – Dia Internacional da Luta Contra a Tortura) e
567 2) Criar uma política que torne o CRP um espaço inclusivo de fato: a. levantamento
568 e avaliação das condições de inclusão do CRP SP; b. oficinas/rodas de conversas
569 de sensibilização para as trabalhadoras, conselheiras e colaboradoras do CRP a
570 fim de aproximá-las da temática, priorizando o RH; c. criação de manuais para as
571 trabalhadoras (previsão para o fim do ano). As datas do calendário de direitos
572 humanos relacionadas a esse eixo foram: 20 de fevereiro (Dia da Justiça Social),
573 21 de março (Dia Internacional Contra a Discriminação Racial), 19 de abril (Dia do

574 Indígena), 13 de maio Dia Nacional da Luta contra o Racismo, 17 de maio (Dia
575 Internacional de Combate a Homofobia e a Transfobia), 26 de junho (Dia
576 Internacional de Luta contra a Tortura); 28 de junho (Dia Mundial do Orgulho
577 LGBT), 28 de junho (Dia Mundial do Orgulho LGBT), 20 de novembro (Dia
578 Nacional da Consciência Negra) e 30 de novembro (Estatuto da Terra/Reforma
579 Agrária). Por fim, como material de referência foram selecionados a Cartilha do
580 Crepop "Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na política de
581 Segurança Pública" e o estudo "Uma análise crítica sobre Suicídio Policial" lançado
582 pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, em parceria com o Conselho
583 Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) e o Conselho Federal de Psicologia
584 (CFP). Eixo transversal: B - Cuidado em Liberdade, sob responsabilidade da
585 conselheira Talita Fabiano de Carvalho e do Crepop, onde as ações políticas
586 enfocarão cinco temas: Evidenciar o desmonte da política de saúde mental
587 (revogação), Defesa da RAPS, Acompanhamento dos mecanismos e espaços que
588 estão sendo revogados para facilitar a repercussão e População em situação de
589 rua, usuários de álcool e drogas e usuários da saúde mental. Pretende-se realizar
590 três principais ações estaduais, sendo elas 1) Desenvolver podcast com atividades
591 sobre população em situação de rua; pandemia e adoecimento mental e Suicídio;
592 RAPSI antimanicomial; políticas públicas intersetoriais e Saúde mental como
593 política de estado e, por último Redução de Danos. 2) Caderno temático de
594 Orientação política e ética sobre Cuidado em Liberdade a partir dos podcast já
595 relacionados acima; 3) Projeções de frases, notícias, imagens em perímetro urbano
596 em locais próximos à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)
597 Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) onde acontecem a
598 maioria das marchas e manifestações, além de elencar outros territórios para levar
599 as projeções. As datas relacionadas a este eixo são 18 de maio (Dia Nacional da
600 Luta Antimanicomial); 19 de agosto (Luta da População em Situação de Rua); 10
601 de setembro (Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio) 10 de outubro (Dia Mundial da
602 Saúde Mental) e 11 de novembro (Luta contra a Medicalização). Eixo transversal: C
603 – Rede de Proteção, sob responsabilidade da conselheira Ione Aparecida Xavier e
604 da membra da CDHPP Cibele Sanches. O eixo enfocará a garantia de direito da
605 criança e adolescente à educação de qualidade, produzindo conexões com o

606 processo de volta às aulas, evasão, socialização, rede de proteção, família e
607 idosos; a Medicalização da vida (intersectorial e intergeracional); a discussão das
608 questões de classe, pobreza, desigualdade e renda e visão intersectorial das
609 políticas públicas. Foram planejadas as três ações políticas: 1) Lançamento do
610 material elaborado para a campanha ECA + 30; 2) Realizar Seminário Virtual
611 envolvendo Fóruns, controle social que participaram da discussão da Lei 13935/19
612 além do CRESS, ABRAPEE e outras entidades que discutem educação, mais
613 precisamente com relação à volta às aulas no pós pandemia, a implementação da
614 Lei 13935/19, questões sociais, de aprendizagem e saúde mental das
615 crianças/adolescente e consequência para as famílias/idosos/vulneráveis; 3)
616 Elaboração e ampla divulgação para a categoria de um manifesto orientação à
617 categoria Contra a medicalização da vida em articulação com Associação
618 Psicologia Clínica, ABEP e ABRAPEE. As datas relacionadas a esse eixo foram 14
619 de abril (Dia Nacional de Luta Pela Educação Inclusiva), 18 de maio (Dia Nacional
620 de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), 05 de
621 junho (Dia Mundial do Meio Ambiente), 12 de junho (Dia Mundial de Combate ao
622 Trabalho Infantil), 06 de julho (Aniversário da Lei Brasileira de Inclusão), 13 de julho
623 (Aniversário de Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente), 21 de setembro
624 (Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência), 1 de outubro (Dia Internacional
625 da Pessoa Idosa), 03 de dezembro (Dia Internacional da luta das Pessoas com
626 Deficiências) e 07 de dezembro (Dia Nacional da Assistência Social). Eixo
627 transversal: D – Saúde, sob responsabilidade da conselheira Mônica Marques do
628 Santos e da membra da CDHPP Maria Orlene Daré enfocará a vacinação da
629 COVID 19, suas relações com as diversas políticas públicas e a visão intersectorial
630 das políticas públicas. Como ação política estadual atuará na Frente de
631 Profissionais da Saúde de Vacinação Pública que está em fase de constituição.
632 Eixo transversal: E - Compromisso Social com a Psicologia, terá como foco
633 evidenciar o papel da psicóloga na defesa dos direitos humanos e a defesa das
634 psicólogas nas políticas públicas como direito. Como ação política estadual
635 produzirá um documentário sobre o compromisso social da Psicologia e o
636 CREPOP como instrumento de Gestão (relembrando os 15 anos do CREPOP);
637 realizará relançamento de série de Referências técnicas (publicações) valorizando

638 o Observatório de Psicologia Direitos Humanos e Políticas Públicas e um curso
639 EAD para psicólogas trabalhadoras do CRP SP sobre Psicologia e Direitos
640 Humanos. As datas relacionadas a esse eixo foram 08 de março (Dia Internacional
641 da Mulher), 01 de maio (Dia Internacional do Trabalhador), 07 de agosto (Lei Maria
642 da Penha), 25 de setembro (Dia Nacional do Trânsito), 08 de outubro (Dia da
643 Psicologia Latinoamericana), 20 de novembro (Início da Campanha 16 dias de
644 Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Brasil) e 01 de dezembro
645 (Dia Internacional de Combate à AIDS). Como materiais de referência foram
646 selecionado o Caderno Educação em Direitos Humanos e Manual da Psicologia e
647 Direitos Humanos. Após a aprovação do calendário, a Comissão pretende se reunir
648 com os Núcleos Territoriais das Subsedes para encaminhar algumas questões. Ao
649 apresentarem-se as ações sob responsabilidade da Comissão, no Eixo propôs a
650 retirada da ação de número 2 "Criar uma política que torne o CRP um espaço
651 inclusivo de fato" que, apesar de sua importância, estaria mais ligada à Unidade de
652 Recursos Humanos que à uma ação política. Sugeriu-se a realocação da ação para
653 a Comissão de Saúde do Trabalhador (COMSAT) que discutirá as possíveis
654 transversalizações com Comissões, Núcleos e Unidades do CRP SP para a
655 realização desse trabalho. **Encaminhamento: 1)** O plenário homologou a agenda
656 de ações e eixos da CDHPP com as seguintes alterações: i) Eixo A) Violência
657 Estrutural - Exclusão da Ação de número 2 "Criar uma política que torne o CRP um
658 espaço inclusivo de fato" que será realocada para a Comissão de Saúde do
659 Trabalhador (COMSAT) que discutirá as possíveis transversalizações com
660 Comissões, Núcleos e Unidades do CRP SP para a realização desse trabalho; ii)
661 Inclusão da Ação: II Edição do Prêmio Jonathas Salathiel, conforme demanda da
662 categoria proposta e deliberada no X Corep; iii) Eixo B) Cuidado em Liberdade -
663 Inclusão da Ação: Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Iv) Eixo C) Rede de Proteção -
664 Incluir nas datas relacionadas: 11/11 - Luta contra a Medicalização (anteriormente
665 alocado no Eixo B). **2)** Com esta aprovação, será realizada reunião com as
666 Subsedes no intuito de apresentar as ações que serão realizadas em âmbito
667 estadual. Ainda não há definição da data, que será informada oportunamente. **3)**
668 Na próxima Plenária serão discutidas as Campanhas que não são de
669 responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos para que sejam definidas as

670 pessoas de referência para a realização da ação: 16 dias de ativismo pelo fim da
671 violência contra as mulheres, Dia da Consciência Negra, Orgulho LGBT, Dia da
672 Psicologia; Dia do Professor; Dia do Servidor Público. **XIII) POLÍTICAS DE**
673 **DROGAS E ANÁLISE DE CONJUNTURA** - A conselheira Annie Louise,
674 representante da autarquia no Comitê Consultivo de Drogas e Direitos Humanos do
675 Conselho Nacional de direitos Humanos (CNDH), falou sobre a importância do
676 alinhamento e posicionamento político atualizado ante o contexto do “revogaço” em
677 que o Ministério da Saúde, por meio de um grupo de trabalho criado no final de
678 2020, pretende reavaliar e revogar 99 portarias ligadas à saúde mental. Apesar de
679 não oficial, estão expostas as intenções do governo federal em relação a saúde
680 mental para precarizar e tornar equipamentos/estrutura da RAPs manicomial,
681 transferência dos CAPs AD para CTs, precarização de consultórios na rua, além do
682 aumento de repasses de recursos para CTs que foram facilitados devido à
683 caracterização como serviço de proteção social, impulsionando a habilitação de
684 mais de 470 CTs recentemente. No estado de São Paulo foi aprovado Projeto de
685 Lei que permite priorizar tratamento religioso a usuários de álcool e outras drogas.
686 Diante de tal cenário, destacou-se a importância de se diferenciar as violações de
687 Direitos Humanos em CTs do que os proibicionistas defendem, salientando a
688 necessidade de, ao trazer a crítica das CTs para o CRP SP, especificar qual é o
689 modelo de cuidado que se defende, expondo que o papel da Psicologia é de olhar
690 a subjetividade criada nesses espaços. Além disso, ter cautela com as justificativas
691 de quem trabalha nestes lugares (onde não é possível exercer uma psicologia
692 responsável e ética) e que podem alegar a falta de outras possibilidades de
693 trabalho. Em seguida, expôs-se a importância da maior aproximação com as
694 representantes do CRP SP no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas
695 (CONED) e no Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool
696 (Comuda) dos Municípios de São Paulo e Assis, informando que o Coned, por meio
697 da atuação de grupo de antiproibicionistas, se posicionou contra o Projeto de Lei
698 estadual relativo às instituições religiosas. Já o Coned enfrenta as problemáticas
699 ocasionadas por demolição de quadras na região da Luz que desabrigou muitas
700 pessoas e vem dificultando a atuação de entidades como a É de Lei.
701 Considerações: 1) O plenário sugere a realização de reunião com representantes

702 dos órgãos de controle social sobre drogas e saúde, para discutir a atividade fim
703 dos conselhos em relação à sociedade, garantindo a sua atuação no papel social,
704 bem como a criação de agenda em articulação com GT Representações para
705 estabelecer posicionamento comum para todo o estado. 2) Igualmente, abordar a
706 questão no Fórum dos Conselhos Atividade Fim de Saúde (FCAFS) para verificar
707 como estão as discussões naquele espaço e chamar conselhos próximos ao CRP
708 SP como o CRESS SP e Crefito SP para debater sobre os desmontes das políticas
709 públicas (drogas e saúde). Posteriormente, expandir essa discussão com
710 representantes nos movimentos sociais que debatem questões de classe, raça e
711 gênero. 3) Fala-se também sobre a elaboração da Resolução de Pessoa Jurídica e
712 o possível posicionamento frente ao trabalho realizado por psicóloga/o em lugares
713 que ferem os direitos humanos. Sugerindo-se também a criação de Nota Técnica
714 sobre atuação das/os psicólogas/os em relação a álcool e outras drogas. 4)
715 Indicou-se a construção de um posicionamento e a produção de um
716 seminário/encontro com foco nas estudantes de Psicologia sobre saúde mental e
717 drogas, assim como a aproximação com estudantes via CRP Acolhe e outras
718 estratégias. **Encaminhamentos: 1)** Definir as estratégias para o Eixo Cuidado em
719 Liberdade. **2)** Construir posicionamento e produzir um seminário/encontro sobre
720 saúde mental/drogas com foco nas estudantes de psicologia. **3)** Construir
721 alinhamento com representantes do CRP SP nos órgãos de controle social e criar
722 agenda em articulação com o GT Representações. **4)** A conselheira Annie Louise
723 compartilhará a discussão do plenário na próxima reunião da Subcomissão de
724 Drogas e Saúde Mental do CNDH. **XIV) PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA** - A
725 conselheira presidenta sugeriu a realização de Plenária Extraordinária devido a
726 impossibilidade de se examinar todos os pontos da pauta em função do horário. O
727 plenário indicou o dia 12 de março de 2021, das 12h às 22h, para discussão e
728 deliberação dos assuntos que ficaram pendentes nesta plenária: Encaminhamentos
729 do GT Diálogos Gestão; Demandas das psicólogas na Saúde Suplementar; APAF -
730 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – 11 e 12 de dezembro
731 de 2020; Documentos Escritos – Pontos Pendentes da Resolução CFP 06/19; VIII
732 Congresso Latino-americano de Psicologia - Ulapsi – Paraguai; Condições para o
733 trabalho remoto de conselheiras/os e colaboradoras/es. Nada mais havendo a

734 tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla deu por
735 encerrada a sessão às dezoito horas e dez minutos, da qual eu, conselheira
736 secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
737 assinada. São Paulo, 27 de fevereiro de 2021.

Ana Paula Hachich de Souza

Annie Louise Saboya Prado

Beatriz Borges Brambilla

Edgar Rodrigues

Emanoela Priscila Toledo Arruda

Ione Aparecida Xavier

Ivani Francisco de Oliveira

Jumara Silvia Van De Velde

Lauren Mariana Mennocchi

Lilian Suzuki

Luciane de Almeida Jabur

Luana Alves Sampaio Cruz Bottini

Maria da Glória Calado

Mônica Cintrão

Mônica Marques dos Santos

Murilo Centrone

Raizel Rechtman

Rita de Cássia Oliveira Assunção

Rodrigo Toledo

Sarah Faria Abrão Teixeira

Talita Fabiano de Carvalho

Tatiane Rosa da Silva